LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 118/2024

Município de Abaeté - Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) Equipe Saúde da Família (ESF) – Equipe Saúde Bucal (ESB) - Vigilância Epidemiológica - Regulamentação - Atualização Remuneração - Providências.

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° - O Programa de Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto Política de Saúde Pública instituída e mantida pelo Governo Federal, implantada no âmbito do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, composta por Equipe de Saúde da Família, Equipe de Saúde Bucal e Equipe de Agentes de Combate a Endemias em vigilância epidemiológica, tem sua estrutura e funcionamento regulado pela Legislação Federal aplicável e pelo disposto nesta Lei.

Art. 2° - O Programa de Estratégia Saúde da Família (ESF) se operacionaliza mediante atuação de equipes multiprofissionais com Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Equipe de Agente de Combate a Endemias, observados os limites

mínimos definidos nas diretrizes instituidoras do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o disposto nesta lei complementar.

§ 1º - Cada Equipe de Saúde da Família (ESF) é composta por pelo menos 01 (Um) Médico, 01 (Um) Enfermeiro, 02 (Dois) Técnicos em Enfermagem e 08 (Oito) Agentes Comunitários de Saúde.

§ 2º - Cada Equipe de Saúde Bucal (ESB) é composta por pelo menos 01 (Um) Odontólogo, 01 (Um) Técnico em Saúde Bucal e 01 (Um) Auxiliar em Saúde Bucal.

§ 3º - O Município será atendido por pelo menos seis Equipes de Saúde da Família (ESF), por pelo menos seis Equipes Integradas de Saúde Bucal (ESB) e por 20 (Vinte) Agentes de Combate a Endemias, conforme Anexo I que integra esta Lei Complementar.

§ 4º - A ampliação das equipes multiprofissionais fica condicionada ao atendimento das exigências específicas para os respectivos programas, assim como a estrita observância de condição financeira específica vinculada aos programas federais específicos, conforme disposto no art. 198 da Constituição Federal e em lei federal que disciplina a política pública em saúde.

§ 5º - É vedado aos profissionais de saúde contratados para integrar as Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB) assumir atribuições que

não integrem a Estratégia de Saúde da Família (ESF) os respectivos Programas em referência, sob pena de responsabilização do gestor por desvio de finalidade.

Art. 3° - As remunerações devidas aos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Equipe de Agentes de Combate a Endemias no Município, bem como, os requisitos e exigências de dedicação, constam do Anexo I que integra esta Lei.

§ 1° - Aos profissionais que integram as equipes mencionadas nesta Lei Complementar é assegurado o gozo de férias anuais, remuneradas com pelo menos um terço a mais do que a remuneração normal, as quais proporcionais aos dias trabalhados no período aquisitivo, observando-se o máximo de trinta dias.

§ 2° - Aos profissionais que integram as equipes mencionadas nesta Lei Complementar é assegurada a percepção de gratificação natalina (Décimo-terceiro salário) na forma disposta em lei.

§ 3º - Aos agentes públicos contratados para integram a Estratégia de Saúde da Família (ESF) são assegurados os adicionais de insalubridade e periculosidade, conforme laudo técnico e o previsto em lei específica.

§ 4° - A remuneração dos profissionais que integram os Programas mencionados nesta Lei será revista sempre na

mesma data e nos mesmos índices comuns aos servidores públicos do Município, sem distinção de qualquer natureza, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 4° - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover contratação temporária, sob excepcional interesse público, de profissionais para composição das equipes que integram o Programa Federal de que trata esta lei complementar.

§ 1° – As contratações autorizadas nesta Lei serão precedidas de processo seletivo de provas ou de provas e títulos para todas as funções públicos, com ampla divulgação e acesso ao público, dispensando-se de tal procedimento os candidatos que tenham sido anteriormente contratados pelo Município a partir de processo seletivo para a mesma função.

§ 2° - As contratações autorizadas nesta Lei serão regidas por contrato administrativo com vinculação à vigência do Programa Federal, com prazo inicial de um ano, admitindo-se a renovação por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, aplicando-se o disposto em lei para as funções públicas e, no que couber, os deveres e responsabilização previstos no Estatuto do Servidor Público de Abaeté.

§ 3° - Os servidores contratados para ocupar função pública no âmbito desta lei complementar mediante contrato administrativo possuem estabilidade temporária vinculada à duração do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF), cujos contratos por prazo determinado poderão ser rescindidos pelo Poder Público, asseguradas as indenizações proporcionais, observadas as seguintes situações jurídicas:

I – Por acordo mútuo entre as partes.

II – A pedido do contratado, observado prazo mínimo de trinta dias para comunicação da opção.

III – Interrupção ou extinção do Programa por parte do Governo Federal, mantenedor do Programa.

IV – Em razão de falta grave cometida pelo Contratado, assegurada a ampla defesa e o contraditório em processo administrativo próprio destinado a apurar a falta disciplinar, aplicando-se o regramento previsto no Estatuto dos Servidores do Município de Abaeté.

V – Por descumprimento das cláusulas contratuais ou previsões contidas em lei relativas às funções que regem a contratação temporária.

VI – Por decisão da administração pública por insuficiência técnica devidamente justificada.

Art. 5° - O Servidor Público Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo somente poderá integrar as equipes multiprofissionais mencionadas nesta Lei Complementar quando houver compatibilidade de horários e nos limites de acumulatividade admitidos na Constituição Federal.

Art. 6° - O planejamento, a coordenação, supervisão e o controle dos Programas mencionados nesta Lei são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente.

Parágrafo Único – O planejamento de que trata o *caput* deste artigo contemplará ações que visem conter o deslocamento dos usuários, garantindo-lhes o acompanhamento preventivo da saúde em suas próprias residências, mediante prévio regime de visitas.

Art. 7º - Revoga a Lei Complementar nº 093/2022.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de Maio de 2024.

Abaeté, 26 de Junho de 2024.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ivanir Deladier da Costa

Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO DENOMINAÇÃO	VAGAS	JORNADA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R$	ACESSO	ATRIBUIÇÕES	REQUISITOS
Médico - ESF	06	40 Horas	16.566,32	Processo Seletivo	Lei Federal	Superior em Medicina Registro CFM
Enfermeiro - ESF	06	40 Horas	2.930,96	Processo Seletivo	Lei Federal	Superior em Enfermagem Registro COREN
Técnico em Enfermagem - ESF	15	40 Horas	1.553,51	Processo Seletivo	Lei Federal	Técnico em Enfermagem Registro COREN
Agente Comunitário de Saúde - ESF	48	40 Horas	2.824,00	Processo Seletivo	Lei Federal	Ensino Médio Completo
Agente de Combate a Endemias - ESF	20	40 Horas	2.824,00	Processo Seletivo	Lei Federal	Ensino Médio Completo
Odontólogo – ESF	06	40 Horas	4.330,56	Processo Seletivo	Lei Federal	Superior em Odontologia Registro CFO
Auxiliar em Saúde Bucal – ESF	06	40 Horas	1.412,00	Processo Seletivo	Lei Federal	Ensino Médio Completo
Técnico em Saúde Bucal - ESF	06	40 Horas	1.553,51	Processo Seletivo	Lei Federal	Ensino Médio Com Curso Técnico Em saúde Bucal

Abaeté, 26 de Junho de 2024.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ivanir Deladier da Costa

Prefeito Municipal